

A COMUNIDADE COMO GESTORA DO ESPAÇO URBANO

Sergio Rugik Gomes¹

RESUMO:

Nas metrópoles contemporâneas, à medida em se multiplicam seus problemas, o poder público se vê impossibilitado de atender a demanda por gestão. Um novo olhar sobre a cidade, a partir das pequenas comunidades urbanas, pode se constituir em uma ferramenta útil na difícil tarefa de gerir as metrópoles. O presente artigo propõe a discussão do papel destas comunidades, com vistas a estudos futuros sobre a criação de canais de participação da população na gestão urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade - Comunidade - Gestão do Espaço.

ABSTRACT:

At contemporary cities, while their problems multiply, the public administration can't find a way to solve all demands for stewardship. A new look over city, through small urban communities, can turn into a important tool for the challenging task of city administration. This paper investigates the role of this small urban communities in this task, towards future studies on the creation of means of participation on urban administration.

KEY-WORDS: City - Community - Space administration.

INTRODUÇÃO:

As cidades contemporâneas, na medida em se multiplicam suas dimensões, têm demonstrado grande dificuldade na gestão e planejamento do espaço urbano. Jane Jacobs, em seu cáustico “ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes”², expressa um desconforto com os resultados obtidos pelo que chama de “princípios e objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos”. Jacobs revela acreditar que:

a maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles.³

73

Por observar mais de perto os acontecimentos mais comuns, a autora se refere aos eventos cotidianos resultados do planejamento e da gestão da cidade, como “quais ruas são mais seguras e quais não são, quais parques são maravilhosos e quais são armadilhas que levam ao vício e à morte”⁴. David Harvey traduz este pensamento quando explica a transição que ocorre entre o modernismo e o pós-modernismo na arquitetura e no planejamento urbano e confirma uma insatisfação na forma vigente de se planejar e gerir as cidades:

No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano (...). O pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares...⁵

1 Sergio Rugik Gomes é arquiteto graduado e especialista pela Universidade Estadual de Londrina, mestre pela USP Universidade de São Paulo e professor do curso de arquitetura e urbanismo da Unifil.

2 JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 01

3 *Ibid.*, p. 12

4 *Ibid.*, p. 01

5 HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992. p. 69

Este olhar fragmentário da cidade, dentre outras perspectivas, nos leva inevitavelmente às pequenas comunidades urbanas, onde se pode como que por uma lupa, observar com mais precisão estas “histórias locais” e estes “desejos, necessidades e fantasias particulares”. Estas comunidades se constituem assim em uma importante ferramenta na observação do espaço urbano.

A insatisfação demonstrada na crítica do planejamento urbano reflete as insatisfações manifestadas pela população em relação às metrópoles do nosso país. Recentemente o Brasil vivenciou um fenômeno onde centenas de milhares de pessoas, aparentemente sem um motivo claro, saíram às ruas em uma onda de protestos que percorreram todo o país. Pesquisas apontaram para possíveis razões como o distanciamento dos canais de participação política, frustrações em relação a representantes e a queda de prestígio das instituições políticas nos últimos dez anos¹.

Estes episódios demonstram claramente uma crescente insatisfação da sociedade em relação à gestão pública e esta insatisfação é sentida no viver cotidiano de sua relação com o espaço urbano. Eles também demonstram que muito ainda se deve avançar no que se refere aos métodos de planejamento urbano. O presente artigo pretende portanto, discutir a participação da comunidade na gestão das cidades e a importância da criação de canais para que esta participação se torne uma realidade efetiva.

O REAL PAPEL DA COMUNIDADE

Como já posto, tendo em vista que estas comunidades contém em si uma riqueza de dados e informações, estas mesmas comunidades devem se constituir em algo mais do que simples objetos de observação, mas em agentes ativos na gestão de seu próprio espaço. Se comandar a metrópole como uma unidade de larga escala, como diz Harvey, se constitui em uma tarefa impossível, como seria possível então gerir este “palimpsesto” urbano sem a participação de seus maiores protagonistas? Estas comunidades, representadas por seus cidadãos, tem papel determinante na gestão do espaço e devem, com limite de autonomia pré-determinado, participar de forma mais direta das decisões relacionadas a sua segurança, manutenção, fiscalização, dentre outras, em uma parceria com o poder público, contribuindo com este em sua pesada tarefa de gerir a cidade.

Este envolvimento e suas consequências benéficas tem passagem marcada na história das cidades. Estudando as origens da urbanística moderna na Inglaterra, Benévolo afirma que “como sempre, a ação das autoridades é precedida por algumas associações privadas, de natureza filantrópica”² e explica que sua ação apesar de quantitativamente insignificante, é importante porque suscita o interesse da opinião pública e ajudaram a “mostrar que o melhoramento dos bairros insalubres é realizado com os meios contemporâneos existentes.”

No que tange à legitimidade desta participação, Campos Filho afirma que, como já existe uma ordenação legal estabelecida, cabe aos cidadãos contribuir para que o planejamento urbano seja traduzido em “normas estabelecidas para o nosso bem.”³

1 PAULINO, Mauro e JANONI, Alessandro. Manifestações refletem crises de representação e representatividade. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 jun. 2013. Caderno Cotidiano, p. C5. É importante esclarecer que apesar da pesquisa publicada pelo Datafolha em relação ao prestígio das instituições políticas nos últimos dez anos ter sido realizada apenas na cidade de São Paulo, entende-se que este resultado deve refletir um pensamento presente no país de uma forma geral.

2 BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 74

3 CAMPOS FILHO, Candido Malta. Reinvente seu Bairro. Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.

Além disso, o envolvimento destes grupos urbanos pode potencializar melhorias nas cidades, pois é dentro das pequenas comunidades que florescem os sentimentos de pertinência, de posse e seu conseqüente desejo de cuidado e zelo por aquilo que lhe pertence. Sentimentos também de pertencimento a um grupo e de responsabilidade pelo que é coletivo, que podem levar a mais ações de cidadania por uma melhoria do espaço urbano.

Este anseio por engajamento e cuidado pelo coletivo só pode ser gerado dentro das comunidades, dado seu aspecto intrínseco de lar. Ao discorrer sobre o conceito de “lar”, Mônica McGoldrick exemplifica este potencial:

Passei a entender que “lar” é muito mais do que o lugar onde vivemos fisicamente. Não é apenas o lugar onde dormimos, e não é apenas o lar nostálgico da nossa infância ou da infância que desejávamos. É um local espiritual e psicológico de libertação. O lar é um espaço ao qual todos poderíamos pertencer, um com o outro - fortalecidos pelo que extraímos daqueles que vieram antes de nós, criando um porto seguro para aqueles que estão conosco em nosso tempo, e garantindo que deixaremos um espaço seguro para nossos filhos e para todos aqueles que virão depois de nós. Estou passando a entender que preciso agir para criar um lugar seguro, não apenas para meu próprio filho, mas para os filhos de todos nós, que são, como disse Jorge Luís Borges, “nossa imortalidade” na terra.⁴

O desejo de criar um lugar seguro reflete o anseio primário da maioria dos seres humanos na tentativa de construir um lar. Este anseio pode ser canalizado de forma a gerar ações organizadas dentro da comunidade.

Estas ações podem ser iniciadas por um pequeno grupo ou até mesmo por apenas um indivíduo dentro de sua localidade. Seus próprios membros, em sua contribuição individual, podem dar início a um novo processo de desenvolvimento desta comunidade. A arquiteta Brenda Vale, ao tratar sobre as “comunidades sustentáveis” destaca a necessidade da iniciativa individual como agente potencializador:

...desenvolvimento sustentável da comunidade envolve uma visão holística de comunidade, envolvendo natureza, cultura e política, bem como economia. Estas questões são temporais e complexas com múltiplas possibilidades de resultado. Porém, é claro que o nível de sustentabilidade está ligado à atividades na comunidade. Cada indivíduo é responsável por suas próprias ações na formação da comunidade e de seu futuro. Isto significa que o desenvolvimento começa em um nível individual. (...) uma comunidade sustentável nunca poderá acontecer se os membros da comunidade ignoram a relação entre homem e comunidade bem como homem e natureza.⁵

O conceito de “unidade de vizinhança” apresentado por José Garcia Lamas traduz claramente este potencial das pequenas comunidades urbanas. O autor define unidade de vizinhança como um lugar onde os moradores se conhecem pessoalmente e tem o hábito de se visitar e realizar coisas em conjunto, “um grupo territorial no qual os membros se encontram em terreno conhecido, no seio de sua área própria, para resolver atividades sociais primárias e contatos sociais espontâneos ou organizados.”⁶ Celson

São Paulo: Editora 34, 2003. p. 10

4 MCGOLDRICK, Monica. Pertencimento e Libertação. Encontrando um lugar chamado “Lar”, In *Novas Abordagens da Terapia Familiar. Raça, cultura e Gênero Na Prática Clínica*. São Paulo: Roca, 2003, p.245

5 VALE, Brenda; CHANSOMSAK, Sant. The Role of Architects in Sustainable Community Development. *Journal of Architectural/Planning Research and Studies*. Volume 6. Issue 3. 2009. p. 111

6 Definição dada por Queen Carpenter. (apud LAMAS, 2044 p.317)

Ferrari define a “unidade de vizinhança” como uma área caracterizada “por intensa atividade de cooperação e associação entre seus componentes”.¹

Contudo, um problema permanece. Mesmas razões que fizeram fracassar as tentativas dos urbanistas na criação das “unidades de vizinhança” através do desenho urbano, continuam presentes na cidade contemporânea.² Lamas afirma que “as relações sociais entre vizinhos, que existiam nos antigos bairros, tendem a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles”, dando lugar a um enfraquecimento nas ligações sociais, sendo substituídas por relações indiretas entre os cidadãos, dentro de “matrizes mais alargadas e complexas que a proximidade dentro do bairro; os transportes e as comunicações alargam os horizontes destas relações, onde também pesam outros meios de comunicação, como a rádio, a televisão, etc.”³ Com o passar dos anos e o enfraquecimento destas relações, as pessoas também foram se eximindo da responsabilidade de cuidar do coletivo.

Esta questão torna ainda mais clara a necessidade de se realizarem movimentos no sentido de ajudar estas comunidades a assumir a responsabilidade por seu próprio espaço. Faz-se necessário uma interferência externa à comunidade no sentido de potencializar e facilitar este processo para que estes pequenos grupos se organizem e assumam um papel ativo na gestão do espaço urbano, motivando de forma inclusiva a intervenção do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que atualmente, diante dos desafios que tem se apresentado diante das cidades contemporâneas, há uma insatisfação generalizada quanto à gestão e o planejamento das metrópoles. Esta insatisfação pode ser claramente observada nos protestos que percorreram o Brasil no ano de 2013. Entretanto, este desconforto é notório não apenas nas populações das cidades mas também na atual crítica aos métodos de planejamento vigentes.

A crítica contemporânea tem reclamado uma visão fragmentária das cidades como alternativa para a solução de seus problemas. Esta visão não pode se concretizar senão com a ajuda das pequenas comunidades, que vivenciam os dramas da cidade cotidianamente. Todavia, a participação destas comunidades deve ir além da simples observação de suas realidades, mas no seu profundo envolvimento na gestão de seu próprio espaço. Dado o poder transformador que estas comunidades podem imprimir ao espaço urbano, torna-se portanto evidente a importância de uma parceria comunidade/estado na gestão e planejamento urbano.

Sendo assim, diante do distanciamento das relações experimentado pelas sociedades contemporâneas em suas relações como comunidade, fica claramente demonstrada a necessidade de se criarem por parte do estado ou de outras instituições, canais de participação e movimentos que promovam o engajamento destas comunidades com as questões que envolvem a gestão de seu próprio espaço.

¹ FERRARI, Celson. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Disal Editora, 2004. p. 369-370.

² Lamas afirma que após alguns anos de experimentação das “unidades de vizinhança”, verificava-se que “a ambicionada vida social não tinha sido conseguida, nem tal processo implicava necessariamente o bem estar e satisfação dos habitantes.” (LAMAS, 2004. p.322)

³ LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenvolvimento da cidade. 3. Ed. Porto: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. p. 322

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu Bairro. Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- FERRARI, Celso. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal Editora, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenvolvimento da cidade**. 3. Ed. Porto: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- MCGOLDRICK, Monica. **Pertencimento e Libertação. Encontrando um lugar chamado “Lar”**, In Novas Abordagens da Terapia Familiar. Raça, cultura e Gênero Na Prática Clínica. São Paulo: Roca, 2003.
- NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- PAULINO, Mauro e JANONI, Alessandro. Manifestações refletem crises de representação e representatividade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013. Caderno Cotidiano, p. C5.
- VALE, Brenda; CHANSOMSAK, Sant. **The Role of Architects in Sustainable Community Development**. Journal of Architectural/Planning Research and Studies. Volume 6. Issue 3. 2009.